

8 de fevereiro de 2013

Resultados Consolidados do Millennium bcp em 31 de dezembro de 2012

LIQUIDEZ
muito reforçada

- Iniciaram-se negociações com caráter de exclusividade com o Piraeus Bank tendo em vista uma potencial alienação da operação na Grécia. No entanto, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada com base na perspetiva sobre o desfecho destas negociações
- **Melhoria do gap comercial:** redução de 7,3 mil milhões de euros do gap comercial face a dezembro de 2011, com o rácio de crédito sobre depósitos (BdP) em 129% e o rácio de crédito líquido sobre recursos de balanço em 112%
- **Aumento de 5,1% dos recursos de balanço de clientes** face à mesma data do ano anterior, com crescimento dos depósitos em Portugal
- Evolução do crédito em linha com o plano de liquidez: -6,5% face a dezembro de 2011

CAPITAL
confortavelmente acima do exigido

- **Rácio core tier I atinge 12,4% de acordo com critério BdP**, já incluindo os resultados de 2012, significativamente acima dos 9,3% de dezembro de 2011
Rácio core tier I de 9,8% de acordo com **critério EBA (11,4% ajustado do buffer para os valores de 31 de dezembro de 2012)**

RENDIBILIDADE
com sinais de recuperação

- **Resultado líquido consolidado de -1.219 milhões de euros**, penalizado pelas imparidades para perdas estimadas e resultados associados à **operação na Grécia no valor de -694 milhões de euros**
- **Resultado líquido das operações na Polónia, em Moçambique e em Angola de 236 milhões de euros**
- **Criação das bases para a recuperação da rendibilidade em Portugal:**
 - **inversão da trajetória da margem financeira**
 - **implementação do programa de reestruturação com poupanças anuais futuras superiores a 30 milhões de euros**
 - **menores entradas em crédito vencido**

Com a reestruturação realizada (reforço de capital e liquidez e simplificação da organização) estamos melhor preparados para o futuro e para apoiar a economia

Direção de Relações com Investidores
Rui Coimbra
Telf +351 211 131 084
investors@millenniumbcp.pt
rui.coimbrafernandes@millenniumbcp.pt
fvalente@millenniumbcp.pt
joagodinho.duarte@millenniumbcp.pt

Contacto de Imprensa
Erik T. Burns
Telf. +351 211 131 242
Tlm. +351 917 265 020
erik.burns@millenniumbcp.pt
cintia.barbas@millenniumbcp.pt



Síntese de Indicadores

Milhões de euros

	31 dez. 12	31 dez. 11	Var. 12 / 11
Balanço			
Ativo total	89.744	93.482	-4,0%
Crédito a clientes (bruto)	66.861	71.533	-6,5%
Recursos totais de clientes	68.547	65.530	4,6%
Recursos de balanço de clientes	55.768	53.060	5,1%
Depósitos de clientes	49.390	47.516	3,9%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽¹⁾	128%	145%	
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽²⁾	129%	143%	
Resultados			
Resultado líquido	(1.219,1)	(848,6)	
Margem financeira	1.023,6	1.579,3	-35,2%
Produto bancário	2.180,6	2.569,6	-15,1%
Custos operacionais	1.458,6	1.634,2	-10,7%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	1.684,2	1.331,9	26,4%
Outras imparidades e provisões	352,8	825,1	-57,2%
Impostos sobre lucros			
Correntes	81,7	66,9	22,2%
Diferidos	(259,5)	(525,7)	-
Rendibilidade			
Produto bancário / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	2,4%	2,6%	
Rendibilidade do ativo médio (ROA) ⁽³⁾	-1,3%	-0,8%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Ativo líquido médio ⁽¹⁾	-1,4%	-1,3%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	-35,4%	-22,0%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽¹⁾	-32,6%	-28,0%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽¹⁾	8,1%	6,2%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽¹⁾	1,9%	1,4%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽¹⁾	13,1%	10,1%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽¹⁾	7,2%	5,5%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	101,6%	109,1%	
Rácios de eficiência ^{(1) (4)}			
Custos operacionais / Produto bancário	66,6%	58,6%	
Custos operacionais / Produto bancário (atividade em Portugal)	69,1%	60,2%	
Custos com pessoal / Produto bancário	37,1%	32,1%	
Capital			
Fundos próprios totais	6.773	5.263	
Riscos ponderados	53.271	55.455	
Rácio Core Tier I ⁽¹⁾	12,4%	9,3%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base ⁽¹⁾	11,7%	8,6%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios ⁽¹⁾	12,7%	9,5%	
Sucursais			
Atividade em Portugal	839	885	-5,2%
Atividade internacional	860	837	2,7%
Colaboradores			
Atividade em Portugal	8.982	9.959	-9,8%
Atividade internacional	11.383	11.549	-1,4%

(1) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(2) Calculado de acordo com definição do Banco de Portugal.

(3) Com base no resultado antes de interesses que não controlam.

(4) Exclui impacto de itens específicos.

RESULTADOS E ACTIVIDADE EM 2012

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp foi negativo em 1.219,1 milhões de euros em 2012, que compara com o resultado líquido negativo de 848,6 milhões de euros apurado em 2011.

O resultado líquido consolidado foi penalizado pelo registo de imparidade para perdas estimadas e pelo resultado líquido negativo gerado pela operação na Grécia, no montante global de 693,6 milhões de euros, pelo que excluindo este impacto o resultado líquido consolidado situou-se em -525,4 milhões de euros em 2012.

O resultado líquido consolidado de 2012 foi ainda condicionado pelo registo de imparidades e provisões na atividade em Portugal, no montante de 1.236,0 milhões de euros, incorporando as necessidades de reforço detetadas em 2012 no âmbito do Programa de Inspeções *On-site* ("OIP"), no montante de 290,0 milhões de euros.

Na atividade internacional, de realçar os desempenhos favoráveis do Bank Millennium na Polónia, excluindo a flutuação cambial do zloti face ao euro, e do Banco Millennium Angola.

O resultado líquido consolidado de 2012 inclui ainda:

- o impacto desfavorável na margem financeira das operações de *liability management*, efetuadas em 2011, no montante de 195,3 milhões de euros, e da emissão em 2012 de instrumentos híbridos subscritos pelo Estado Português, no valor de 134,9 milhões de euros;
- a contabilização de um custo no montante de 69,2 milhões de euros relacionado com as comissões pela emissão de empréstimos obrigacionistas com garantia do Estado Português;
- a contabilização em custos com pessoal de uma componente de custos relacionados com o programa de reestruturação e reformas antecipadas de 69,4 milhões de euros, não obstante o impacto favorável da alteração legislativa relacionada com o subsídio por morte, no montante de 64,0 milhões de euros;
- a recompra de emissões próprias de títulos de dívida geradora de uma mais-valia de 184,3 milhões de euros; e
- os ganhos associados a títulos da dívida pública portuguesa em carteira de 106,0 milhões de euros.

Por seu turno, o resultado líquido consolidado de 2011 inclui:

- as perdas associadas a títulos da dívida pública portuguesa em carteira de 128,2 milhões de euros;
- o reforço de dotações para imparidade do crédito, na sequência do Programa Especial de Inspeções ("SIP"), de 381,0 milhões de euros;
- o reconhecimento de perdas por imparidade de títulos da dívida pública grega de 533,5 milhões de euros;
- o reconhecimento de imparidade relativa ao restante *goodwill* do Millennium bank na Grécia de 147,1 milhões de euros;
- os encargos associados à transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social de 164,8 milhões de euros;
- a contabilização de custos relacionados com reformas antecipadas de 12,3 milhões de euros;
- a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo e com o plano complementar de colaboradores, no montante global de 48,3 milhões de euros; e
- o reconhecimento do imposto diferido ativo no montante de 132,5 milhões de euros no âmbito da reorganização das participações financeiras do Grupo.

A **margem financeira** situou-se em 1.023,6 milhões de euros em 2012, que compara com 1.579,3 milhões de euros em 2011.

O comportamento da margem financeira da atividade em Portugal foi prejudicado (i) pela evolução em sentidos opostos das taxas Euribor e do custo médio dos depósitos de clientes e (ii) pelo efeito volume de negócios negativo, refletindo fundamentalmente o desempenho da carteira de crédito a clientes.

Em 2012 a margem financeira incorpora os impactos relacionados com a emissão de instrumentos híbridos subscritos pelo Estado Português, com as operações de *liability management* concretizadas no decurso do segundo semestre de 2011 e com o maior custo dos depósitos a prazo de clientes face ao ano anterior, beneficiando, contudo, do efeito do esforço de ajustamento do *pricing* ao perfil de risco do crédito concedido a clientes. Todavia, no quarto trimestre de 2012 a margem financeira em Portugal evoluiu positivamente quando comparada com o valor relevado no trimestre anterior, invertendo a tendência observada nos trimestres precedentes, nomeadamente por via da trajetória descendente da remuneração dos depósitos a prazo de clientes ao longo do exercício.

Na atividade internacional, a evolução da margem financeira foi condicionada pelo Millennium bank na Grécia, não obstante os desempenhos favoráveis apurados pelo Bank Millennium na Polónia e pelo Banco Millennium Angola.

A taxa de margem financeira situou-se em 1,23% em 2012, que compara com 1,74% apurada em 2011.

BALANÇO MÉDIO	Milhões de euros			
	31 dez. 12		31 dez. 11	
	saldo	taxa %	saldo	taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.458	1,36	4.363	1,67
Ativos financeiros	11.080	4,36	12.247	4,16
Créditos a clientes	66.355	4,48	72.783	4,45
Ativos geradores de juros	81.893	4,29	89.393	4,27
Ativos não geradores de juros	8.736		7.838	
	90.629		97.231	
Depósitos de instituições de crédito	17.048	1,41	19.956	1,71
Depósitos de clientes	47.747	3,18	46.821	2,92
Dívida emitida e passivos financeiros	15.591	3,56	19.732	2,55
Passivos subordinados	2.764	7,13	1.504	3,18
Passivos geradores de juros	83.150	3,02	88.013	2,57
Passivos não geradores de juros	3.273		3.708	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	4.206		5.510	
	90.629		97.231	
Taxa de margem financeira		1,23		1,74

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em dezembro de 2012 e de 2011, à respetiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** totalizaram 690,8 milhões de euros em 2012, comparando com 789,4 milhões de euros em 2011, refletindo o custo relacionado com a garantia prestada pelo Estado Português a emissões de dívida do Banco, pelo que excluindo este impacto, as comissões líquidas diminuíram 3,7% face a 2011.

O desempenho das comissões líquidas no exercício de 2012, reflete fundamentalmente:

- a diminuição das comissões relacionadas com o negócio bancário (-2,0%), influenciada pela atividade em Portugal, não obstante o aumento de 10,6% na atividade internacional. Todavia, as comissões geradas pela prestação de serviços bancários diversos evoluíram positivamente face ao exercício anterior, beneficiando da revisão do preçário transacional, nomeadamente as associadas a descobertos e comissões de intervenção;
- a quebra das comissões relacionadas com os mercados financeiros (-13,0%), refletindo a evolução quer da atividade em Portugal, quer da atividade internacional, como resultado da persistência de fatores de incerteza nos mercados de capitais, materializando-se num desempenho desfavorável na atividade de gestão de investimentos financeiros; e
- o custo associado a emissões de dívida do Banco com garantia prestada pelo Estado Português, no montante de 69,2 milhões de euros, relevado em 2012.

Os **resultados em operações financeiras** cifraram-se em 462,8 milhões de euros em 2012, que comparam com 207,6 milhões de euros em 2011.

Os resultados em operações financeiras de 2012 incorporam fundamentalmente os proveitos relevados na atividade em Portugal relacionados com os ganhos resultantes da recompra de emissões próprias de títulos de dívida, no montante global de 184,3 milhões de euros, e com os ganhos associados a títulos de dívida pública portuguesa no montante de 106,0 milhões de euros. Estes impactos foram parcialmente contrariados pelas perdas apuradas em operações associadas a instrumentos financeiros contabilizados ao *fair value option* no montante de 30,0 milhões de euros e pelas perdas relacionadas com a venda de operações de crédito no montante de 25,6 milhões de euros.

Por seu turno, os resultados em operações financeiras de 2011 foram influenciados pelas perdas associadas a títulos da dívida pública portuguesa no montante de 128,2 milhões de euros, pela variação do justo valor relacionada com o risco de crédito de instrumentos financeiros ao *fair value option* no montante de 20,6 milhões de euros e pelas vendas de operações de crédito no montante de 57,2 milhões de euros, apenas parcialmente contrariados pelos ganhos associados às operações de recompra de emissões próprias.

Na atividade internacional, os resultados em operações financeiras evoluíram de 243,7 milhões de euros em 2011 para 150,9 milhões de euros em 2012, refletindo essencialmente a evolução das operações sobre títulos e derivados, mitigada pelos maiores resultados em operações cambiais.

Os **outros proveitos de exploração líquidos** registaram perdas no montante de 56,1 milhões de euros em 2012, que comparam com perdas de 22,7 milhões de euros apuradas no exercício anterior. Em 2011, os outros proveitos de exploração líquidos em Portugal incorporam o efeito positivo relacionado com um ajuste de prémios de seguros relacionados com pensões, no montante de 18,9 milhões de euros.

O comportamento dos outros proveitos de exploração líquidos foi sobretudo influenciado pela atividade em Portugal, penalizado pelos impostos apurados no montante de 30,4 milhões de euros (22,0 milhões de euros em 2011) e pela contribuição tributária extraordinária sobre o sector bancário de 33,9 milhões de euros (32,0 milhões de euros em 2011), a par das perdas associadas à reavaliação de ativos recebidos em dação, apesar do efeito favorável dos ganhos associados à prestação de serviços bancários.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 dez. 12	31 dez. 11	Var. 12/11
Comissões líquidas	690,8	789,4	-12,5%
Comissões bancárias	655,0	668,7	-2,0%
Cartões	182,6	184,5	-1,1%
Crédito e garantias	175,2	184,9	-5,2%
<i>Bancassurance</i>	60,4	72,7	-16,9%
Outras comissões	236,9	226,6	4,5%
Comissões relacionadas com mercados	104,9	120,7	-13,0%
Operações sobre títulos	62,3	73,8	-15,5%
Gestão de ativos	42,6	46,9	-9,1%
Comissões relacionadas com a garantia do Estado	(69,2)	-	
Resultados em operações financeiras	462,8	207,6	122,9%
Outros proveitos de exploração líquidos	(56,1)	(22,7)	-
Rendimentos de instrumentos de capital	3,9	1,4	-
Resultados por equivalência patrimonial	55,7	14,6	-
Total de outros proveitos líquidos	1.157,0	990,3	16,8%
Outros proveitos líquidos / Produto bancário	53,1%	38,5%	

Os **resultados por equivalência patrimonial** aumentaram para 55,7 milhões de euros em 2012, face aos 14,6 milhões de euros relevados em 2011, beneficiando do desempenho favorável da Millenniumbcp Ageas e consequente maior apropriação de resultados associados à participação de 49% detida neste grupo segurador.

Os **custos operacionais** reduziram 10,7% para 1.458,6 milhões de euros em 2012, face aos 1.634,2 milhões de euros apurados em 2011.

A evolução dos custos operacionais incorpora os seguintes impactos: (i) o efeito favorável da alteração legislativa relacionada com a atribuição de subsídio por morte, no montante de 64,0 milhões de euros, contabilizado no segundo trimestre de 2012; (ii) o registo de custos associados a reformas antecipadas e rescisões por mútuo acordo (“RMAs”), nomeadamente no âmbito do programa de reestruturação, no montante global de 69,4 milhões de euros em 2012 (12,3 milhões de euros em custos com reformas antecipadas em 2011); (iii) a anulação de provisões relacionadas com o fundo de pensões de ex-membros do Conselho de Administração Executivo e com o plano complementar de colaboradores, no montante global de 48,3 milhões de euros, relevada em 2011; e (iv) os encargos associados à transferência parcial das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social, no montante de 164,8 milhões de euros, contabilizados em 2011.

Excluindo estes impactos, os custos operacionais reduziram 3,5%, beneficiando das diminuições de 3,3% nos outros gastos administrativos, de 18,8% nas amortizações do exercício e de 1,8% nos custos com o pessoal.

Na atividade em Portugal, os custos operacionais incorporam os efeitos anteriormente mencionados, pelo que, excluindo aqueles impactos, diminuíram 5,0% face a 2011, refletindo os menores custos relacionados com os outros gastos administrativos (-6,4%), com o pessoal (-3,2%) e com as amortizações do exercício (-15,5%).

Na atividade internacional, os custos operacionais reduziram 1,1% para 587,1 milhões de euros em 2012, face aos 593,8 milhões de euros apurados em 2011, beneficiando da redução de custos operada pelas subsidiárias na Grécia e na Polónia, que mais que compensou os aumentos verificados no Millennium bim em Moçambique e no Banco Millennium Angola, materializando o reforço da infraestrutura operacional e o suporte à estratégia de crescimento em curso nestes dois mercados.

O rácio de eficiência, em base consolidada, excluindo itens específicos, situou-se em 66,6% em 2012, que compara com 58,6% em 2011, enquanto na atividade em Portugal situou-se em 69,1% em 2012, que compara com 60,2% em 2011.

Os **custos com o pessoal** cifraram-se em 815,4 milhões de euros em 2012 (953,6 milhões de euros em 2011). No entanto, excluindo os impactos já mencionados, os custos com o pessoal situaram-se em 810,0 milhões de euros em 2012, evidenciando, deste modo, uma diminuição de 1,8%, quando comparados com os 824,9 milhões de euros relevados em 2011.

Este comportamento dos custos com o pessoal foi influenciado pela diminuição de 3,2% apurada na atividade em Portugal, não obstante o aumento de 1,0% observado na atividade internacional.

Na atividade internacional, os custos com o pessoal refletem os aumentos relevados pelas subsidiárias em Moçambique, Angola e na Polónia, incorporando o impacto do maior número de colaboradores naquelas duas primeiras operações, face ao exercício anterior, na sequência da expansão das respetivas redes de distribuição.

Os **outros gastos administrativos** diminuíram 3,3% para 565,2 milhões de euros em 2012, face aos 584,5 milhões de euros relevados em 2011, beneficiando do prosseguimento dos esforços de racionalização e contenção de custos ao nível do Grupo e em especial do redimensionamento da rede de sucursais em Portugal, destacando-se as poupanças obtidas nas rubricas de *outsourcing*, seguros, rendas, publicidade e deslocações.

Na atividade em Portugal, os outros gastos administrativos reduziram 6,4%, designadamente por efeito do referido redimensionamento da rede de distribuição, enquanto na atividade internacional aumentaram 0,4%, traduzindo os maiores gastos apurados nas subsidiárias em Moçambique e em Angola, acompanhando a expansão das redes de distribuição locais, praticamente compensados pela redução de custos no Millennium bank na Grécia e no Bank Millennium na Polónia.

As **amortizações do exercício** reduziram 18,8% para 78,1 milhões de euros em 2012, face aos 96,1 milhões de euros contabilizados em 2011.

Esta evolução reflete a diminuição de 15,5% nas amortizações do exercício na atividade em Portugal face a 2011, beneficiando da redução do nível de amortizações na generalidade das rubricas, em particular em imóveis e equipamentos.

Na atividade internacional, as amortizações do exercício decresceram 22,0%, no mesmo período, como resultado da diminuição das amortizações do exercício nas subsidiárias da Polónia, da Grécia e da Roménia, bem como da desaceleração do nível de amortizações do exercício relevado no Banco Millennium Angola, não obstante o aumento apurado pelo Millennium bim em Moçambique.

CUSTOS OPERACIONAIS

	Milhões de euros		
	31 dez. 12	31 dez. 11	Var. 12/11
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	810,0	824,9	-1,8%
Outros gastos administrativos	565,2	584,5	-3,3%
Amortizações do exercício	78,1	96,1	-18,8%
	<u>1.453,2</u>	<u>1.505,4</u>	<u>-3,5%</u>
Alteração legislativa relacionada com subsídio por morte e anulações de provisões	(64,0)	(48,3)	
Transferência parcial das responsabilidades com pensões	-	164,8	
Programa de reestruturação e reformas antecipadas	69,4	12,3	
	<u>1.458,6</u>	<u>1.634,2</u>	<u>-10,7%</u>
dos quais:			
Atividade em Portugal	871,5	1.040,4	-16,2%
Atividade internacional	587,1	593,8	-1,1%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	69,1%	60,2%	

(1) Exclui os impactos da alteração legislativa relacionada com o subsídio por morte contabilizada no segundo trimestre de 2012 (64,0 milhões de euros), da anulação de provisões relacionadas com pensões apurada em 2011 (48,3 milhões de euros), dos encargos associados à transferência parcial em 2011 das responsabilidades com pensões relativas a reformados e pensionistas para a Segurança Social (164,8 milhões de euros) e do registo de custos associados a reformas antecipadas e a rescisões por mútuo acordo, nomeadamente no âmbito do programa de reestruturação (69,4 milhões de euros em 2012, dos quais: 2,7 milhões de euros com reformas antecipadas relevados no segundo trimestre 2012; 12,3 milhões de euros de custos com reformas antecipadas em 2011).

(2) Atividade em Portugal. De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

A **imparidade do crédito (líquida de recuperações)** totalizou 1.684,2 milhões de euros em 2012, que compara com 1.331,9 milhões de euros em 2011. Esta evolução foi induzida pelo impacto das dotações para imparidade de crédito relacionadas com a subsidiária na Grécia que ascenderam a 702,4 milhões de euros em 2012, comparando com 89,5 milhões de euros em 2011, a par do reforço de dotações efetuado no âmbito dos Programas de Inspeções no montante de 290,0 milhões de euros em 2012 relacionado com o OIP (381,0 milhões de euros em 2011 relacionado com o SIP).

O comportamento da imparidade do crédito na atividade em Portugal traduz o contexto de elevada incerteza e de persistência de um enquadramento macroeconómico e financeiro adverso, com a conseqüente deterioração da situação económico-financeira das famílias e das empresas nacionais, materializada no agravamento dos indicadores de risco de crédito e na manutenção de níveis elevados de dotações para imparidade do crédito.

Na atividade internacional, a imparidade do crédito (líquida de recuperações) reflete fundamentalmente o aumento das dotações apurado pelas subsidiárias na Grécia e na Polónia.

O custo do risco situou-se em 252 pontos base em 2012, comparando com 186 pontos base relevados em 2011.

As **outras imparidades e provisões** totalizaram 352,8 milhões de euros em 2012, que comparam com 825,1 milhões de euros em 2011.

As dotações para outras imparidades e provisões de 2012 incorporam sobretudo o reforço de dotações na atividade em Portugal relacionadas com perdas por imparidade em ativos financeiros, nomeadamente para

ativos recebidos em dação que, no âmbito do processo de reavaliação regular destes ativos, evidenciaram uma descida do respetivo valor de mercado.

A evolução das outras imparidades e provisões, face ao exercício anterior, foi influenciada sobretudo pelo reconhecimento contabilístico em 2011 de perdas por imparidade de títulos da dívida pública grega, no montante de 533,5 milhões de euros, e por imparidade associada ao *goodwill* do Millennium bank na Grécia de 147,1 milhões de euros.

Os **impostos (correntes e diferidos) sobre lucros** ascenderam a -177,8 milhões de euros em 2012, montante que compara com -458,9 milhões de euros apurados em 2011.

Os referidos impostos incluem o gasto por impostos correntes no montante de 81,7 milhões de euros (66,9 milhões de euros em 2011), líquido do crédito por impostos diferidos no montante de 259,5 milhões de euros (525,7 milhões de euros em 2011), induzido sobretudo pelas perdas por imparidade não dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável de 2012 e a prejuízos fiscais apurados no exercício.

BALANÇO

O **ativo total** consolidado cifrou-se em 89.744 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, que compara com 93.482 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

O **crédito a clientes** (bruto) diminuiu 6,5%, situando-se em 66.861 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, face aos 71.533 milhões de euros relevados em 31 de dezembro de 2011.

A redução da carteira de crédito, face ao final de 2011, foi determinada pela retração de 9,1% apurada na atividade em Portugal. Na atividade internacional, a carteira de crédito aumentou 1,8%, face a 31 de dezembro de 2011, influenciada em parte pelo efeito cambial da valorização do zloti face ao euro. Com efeito, excluindo o efeito cambial, o crédito a clientes da atividade internacional reduziu na maioria das subsidiárias, não obstante os crescimentos evidenciados pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique.

A evolução da carteira de crédito reflete a contração do crédito a empresas (-9,9%) e do crédito a particulares (-3,0%), como corolário do prosseguimento do processo de ajustamento do balanço tendo em vista a gradual desalavancagem da atividade de intermediação financeira.

Entre os finais de dezembro de 2011 e de 2012, a estrutura da carteira de crédito a clientes manteve padrões idênticos e equilibrados de diversificação, com o crédito a empresas a representar 49,5% do crédito total concedido em 31 de dezembro de 2012, enquanto o crédito a particulares representava 50,5% da carteira de crédito a clientes.

	CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)		
	Milhões de euros		
	31 dez. 12	31 dez. 11	Var. 12/11
Particulares	33.756	34.805	-3,0%
Crédito hipotecário	29.509	30.308	-2,6%
Crédito ao consumo	4.247	4.497	-5,6%
Empresas	33.105	36.728	-9,9%
Serviços	13.524	14.802	-8,6%
Comércio	3.490	4.254	-17,9%
Construção e Outros	16.091	17.672	-8,9%
Total	66.861	71.533	-6,5%
do qual:			
Atividade em Portugal	49.581	54.552	-9,1%
Atividade internacional	17.280	16.981	1,8%

A **qualidade da carteira de crédito**, avaliada pela proporção de crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 6,2% em 31 de dezembro de 2012 (4,5% no final de 2011), repercutindo sobretudo o impacto do comportamento da carteira de crédito a empresas.

O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades situou-se em 101,6% em 31 de dezembro de 2012, que compara com 109,1% no final de 2011. Por seu turno, o rácio de cobertura do total da carteira de crédito por imparidades evoluiu para 6,3% em 31 de dezembro de 2012 (4,9% no final de 2011).

O crédito com incumprimento situou-se em 8,1% do crédito total em 31 de dezembro de 2012, comparando com 6,2% apurado no final de 2011, e o crédito em risco cifrou-se em 13,1% do crédito total em 31 de dezembro de 2012 (10,1% no final de 2011).

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Milhões de euros

	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/CV >90 dias)
Particulares	1.056	936	3,1%	88,6%
Crédito hipotecário	279	296	0,9%	106,0%
Crédito ao consumo	777	640	18,3%	82,3%
Empresas	3.118	3.307	9,4%	106,1%
Serviços	836	1.226	6,2%	146,7%
Comércio	451	381	12,9%	84,5%
Construção e Outros	1.831	1.700	11,4%	92,8%
Total	4.175	4.243	6,2%	101,6%

Os **recursos totais de clientes** aumentaram 4,6%, para 68.547 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, face aos 65.530 milhões de euros apurados no final de 2011.

O aumento dos recursos totais de clientes foi potenciado pelo crescimento de 5,1% dos recursos de balanço de clientes, face ao final de 2011, beneficiando do desempenho dos depósitos de clientes (+3,9%), bem como dos débitos para com clientes titulados (+15,0%), traduzindo o enfoque no reforço e retenção de recursos estáveis. Paralelamente, os recursos fora de balanço de clientes aumentaram 2,5%, face a 31 de Dezembro de 2011, impulsionados quer pelos produtos de capitalização (+2,9%), quer pelos ativos sob gestão (+1,6%).

Na atividade em Portugal, os recursos totais de clientes cresceram 1,6%, elevando-se a 50.386 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (49.615 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). Na atividade internacional, os recursos totais de clientes aumentaram 14,1% para 18.161 milhões de euros, alicerçados na subida tanto dos recursos de balanço como dos recursos fora de balanço de clientes, consubstanciando os desempenhos favoráveis das subsidiárias na Polónia, em Moçambique, em Angola e na Roménia.

Em 31 de dezembro de 2012, a estrutura dos recursos totais de clientes era composta maioritariamente por recursos de balanço de clientes, que representavam 81% dos recursos totais de clientes, com especial destaque para a componente de depósitos de clientes, que representava 72% dos recursos totais de clientes.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

	<i>Milhões de euros</i>		
	31 dez. 12	31 dez. 11	Var. 12/11
Recursos de balanço de clientes	55.768	53.060	5,1%
Depósitos de clientes	49.390	47.516	3,9%
Débitos para com clientes titulados	6.378	5.544	15,0%
Recursos fora de balanço de clientes	12.779	12.470	2,5%
Ativos sob gestão	3.798	3.739	1,6%
Produtos de capitalização	8.981	8.731	2,9%
Total	68.547	65.530	4,6%
dos quais:			
Atividade em Portugal	50.386	49.615	1,6%
Atividade internacional	18.161	15.915	14,1%

A **carteira de títulos** totalizou 14.488 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, registando um aumento de 2.407 milhões de euros, face aos 12.080 milhões de euros apurados em 31 de dezembro de 2011.

Esta evolução foi induzida sobretudo pelo aumento do saldo de títulos de dívida de emissores públicos, nomeadamente de títulos de dívida pública portuguesa e polaca, apesar da simultânea redução da exposição a títulos de dívida pública grega.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

O ano de 2012 foi caracterizado pela dificuldade generalizada das instituições bancárias portuguesas em aceder aos mercados de financiamento de curto e médio-longo prazo. Ainda assim, o segundo semestre foi revelador de ligeiras melhorias através da concretização das primeiras emissões por parte de algumas entidades portuguesas no mercado internacional, situação não verificada desde o primeiro trimestre de 2010.

Em dezembro de 2011, o Conselho do Banco Central Europeu (“BCE”) aprovou um conjunto de medidas adicionais com o objetivo de promover a concessão de crédito e a liquidez no mercado monetário da Área do Euro, alargando, entre outros, os critérios para a determinação da elegibilidade dos ativos suscetíveis de serem utilizados como garantia nas operações de política monetária do Eurosistema.

As principais prioridades definidas no Plano de Liquidez do Banco para 2012 assentaram no reforço e na defesa da carteira de ativos elegíveis para desconto junto do BCE, de forma a mitigar e compensar os efeitos da perda de elegibilidade de algumas securitizações e de outros ativos. A concretização deste objetivo implicou o desenvolvimento e a implementação das seguintes ações:

- I. Emissão e incorporação na *pool* de ativos elegíveis junto do BCE de dívida com garantia do Estado, através de duas emissões: 1,4 mil milhões de euros e 1,5 mil milhões de euros, totalizando um valor de aproximadamente 2,4 mil milhões de euros após *haircuts*, concretizada durante o primeiro semestre de 2012;
- II. Incorporação, na *pool* de ativos elegíveis, de créditos aceites pelo Banco de Portugal, beneficiando do alargamento temporário dos critérios de aceitação de colateral elegível anunciados em dezembro de 2011 pelo BCE;
- III. Otimização da gestão dos ativos elegíveis, nomeadamente através de uma nova emissão de obrigações hipotecárias.

O Plano de Liquidez do Banco previa igualmente a continuidade da política de desalavancagem, concretizada com sucesso através da redução do *gap* comercial em 7,3 mil milhões de euros, em termos consolidados. Este facto permitiu, simultaneamente, a amortização da dívida de médio-longo prazo vencida no decurso de 2012

(3,9 mil milhões de euros), a realização de duas operações de *liability management* (1,4 mil milhões de euros, no primeiro semestre) e outras recompras (0,2 mil milhões de euros), no montante global de 5,5 mil milhões de euros.

A entrada de 3 mil milhões de euros relativos à emissão de instrumentos de capital Core Tier I subscritos pelo Estado permitiu compatibilizar este elevado nível de amortização de dívida com uma redução material da exposição líquida ao BCE de 12,7 mil milhões de euros no final de 2011 para 10,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, mantendo em níveis confortáveis o valor dos ativos elegíveis não comprometidos junto do BCE.

No seguimento da prossecução de outro dos principais objetivos do Plano de Liquidez para 2012, o perfil temporal do financiamento *wholesale* do Banco foi dilatado, através do recurso à segunda operação de cedência de liquidez a médio prazo do BCE (LTRO), que permitiu elevar o montante total tomado a três anos de 5,1 mil milhões de euros no final de 2011 para 12,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

CAPITAL

Na sequência de solicitação endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou a adoção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (“IRB”) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da atividade em Portugal e com efeitos a 31 de dezembro de 2010. Subsequentemente, no quadro do processo de adoção sequencial de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, o Banco de Portugal autorizou a extensão desta metodologia às subclasses de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011. Mais recentemente - e com efeitos a 31 de dezembro de 2012 -, o Banco de Portugal autorizou a utilização de estimativas próprias de fatores de conversão de crédito (“CCF”) para as posições da classe de risco “Empresas” em Portugal e a adoção de metodologias IRB para “Créditos colateralizados por bens imóveis residenciais” e para “Posições renováveis” da carteira de Retalho na Polónia.

O rácio Core Tier I situou-se em 12,4% de acordo com as regras do Banco de Portugal e em 9,8% em conformidade com os critérios da EBA (11,9% e 9,4%, respetivamente, em 30 de setembro de 2012), refletindo a evolução favorável, no quarto trimestre de 2012, quer do Core Tier I (em 57 milhões de euros pelas regras do Banco de Portugal e em 67 milhões de euros pelas regras da EBA) quer dos riscos ponderados (que diminuíram 1.577 milhões de euros).

O aumento do Core Tier I calculado pelas regras do Banco de Portugal foi determinado essencialmente pelo aumento de capital concluído em outubro de 2012 (500 milhões de euros) e pelo aumento dos interesses que não controlam (20 milhões de euros), cujos impactos foram parcialmente compensados pelos resultados líquidos negativos apurados no quarto trimestre de 2012 (423 milhões de euros) e pela amortização de impactos diferidos permitidos pelo Banco de Portugal (40 milhões de euros). O Core Tier I calculado pelas regras da EBA beneficiou ainda da diminuição da dedução relacionada com as participações financeiras e com o diferencial de imparidades face às perdas esperadas (10 milhões de euros), que foi determinada pelo efeito positivo da utilização de estimativas próprias de fatores de conversão de crédito para as posições da classe de risco “Empresas” em 31 de dezembro de 2012.

A diminuição dos riscos ponderados reflete fundamentalmente a adoção de metodologias IRB na Polónia (-294 milhões de euros), a redução de requisitos para risco operacional (-281 milhões de euros) e os efeitos do *deleveraging* e dos esforços de otimização levados a cabo neste período, não obstante o impacto desfavorável do risco de mercado (+124 milhões de euros).

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

	<i>Milhões de euros</i>	
	31 dez. 12	30 set. 12
Fundos Próprios		
Core Tier I	6.579	6.522
Ações preferenciais e “Valores”	173	172
Outras deduções ⁽¹⁾	(530)	(540)
Base	6.223	6.154
Complementares	697	678
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(146)	(139)
Total	6.773	6.693
Riscos Ponderados	53.271	54.847
Rácios de Solvabilidade		
Core Tier I	12,4%	11,9%
Tier I	11,7%	11,2%
Tier II	1,0%	1,0%
Total	12,7%	12,2%
Rácio Core Tier I EBA ⁽²⁾	9,8%	9,4%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas estimadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

(2) Rácio Core Tier I calculado de acordo com os critérios definidos pela EBA. Neste âmbito, o Core Tier I apurado em conformidade com as regras do Banco de Portugal foi deduzido das “Outras deduções (1)” e do buffer para riscos soberanos (848 milhões de euros); os riscos ponderados não sofreram qualquer ajustamento.

Nota: o Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de notações internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No quadro do processo de adoção sequencial de metodologias IRB no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, o Banco de Portugal autorizou a extensão desta metodologia às subclasses de risco “Posições Renováveis de Retalho” e “Outras Posições de Retalho” em Portugal com efeitos a 31 de dezembro de 2011. Mais recentemente - e com efeitos a 31 de dezembro de 2012 -, o Banco de Portugal autorizou a utilização de estimativas próprias de fatores de conversão de crédito (CCF) para as posições da classe de risco “Empresas” em Portugal e a adoção de metodologias IRB para “Créditos colateralizados por bens imóveis residenciais” e para “Posições renováveis” da carteira de Retalho na Polónia. No primeiro semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

FUNDO DE PENSÕES

Em 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades com pensões de reforma encontravam-se totalmente financiadas e em níveis superiores aos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, apresentando um grau de cobertura de 119%. Na mesma data as responsabilidades com pensões ascendiam a 2.293 milhões de euros, comparando com 2.452 milhões de euros apuradas em 31 de dezembro de 2011. O fundo de pensões registou, em 2012, uma taxa de rentabilidade positiva de 1,6%, comparando com a taxa de rentabilidade negativa de 0,7% em 2011.

Em 2012 o Banco alterou os pressupostos atuariais do fundo de pensões, tendo a taxa de desconto passado para 4,5% (5,5% em 2011), a taxa de crescimento dos salários para 1% até 2016 e 1,75% após 2017 (2% em 2011) e a taxa de crescimento das pensões para 0% até 2016 e 0,75% após 2017 (1,0% em 2011). As diferenças atuariais registadas em 2012, considerando as financeiras, as não financeiras e as resultantes da alteração de pressupostos, atingiram 164 milhões de euros (das quais 155 milhões de euros foram reconhecidas no primeiro semestre do ano).

As diferenças atuariais de 2012 tiveram um impacto negativo, depois de imposto e da variação do corredor, de 25 pontos básicos no rácio Core Tier I do Grupo (sem significado no segundo semestre de 2012). No entanto, considerando adicionalmente os efeitos negativos associados à transferência de responsabilidades com pensões para o Regime Geral da Segurança Social (que foram neutralizados em 31 de dezembro de 2011) e à amortização dos impactos diferidos permitidos pelo Banco de Portugal, aquele impacto aumenta para 133 pontos básicos.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

O prosseguimento da 1.^a fase do Plano Estratégico do Banco, que decorre até 2013 e que tem como prioridades atingir rácios de capital confortáveis, melhorar a posição de liquidez, traduzida na redução do *gap* comercial, e o reforço de dotações para imparidade do crédito na sequência do Programa de Inspeções realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira e a preparação e apresentação ao Governo de um plano de reestruturação exigido pela lei nacional e pelas regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de Estado, o qual foi submetido formalmente pelo Estado à Comissão Europeia, constituíram os acontecimentos mais significativos na atividade do Banco no 4.º trimestre de 2012. Merecem destaque neste período:

- No âmbito do Plano de Capitalização do Banco, concluiu-se com sucesso o processo de aumento de capital, com subscrição pelos acionistas no exercício do direito legal de reserva de preferência, através da emissão de 12.500 milhões de novas ações, pelo montante de 500 milhões de euros.
- Anúncio, em 3 de outubro, pela Autoridade Bancária Europeia (“EBA”) e pelo Banco de Portugal sobre os resultados da avaliação final do exercício de capital e cumprimento da recomendação da EBA de dezembro de 2011, informando que o BCP ultrapassou o requisito mínimo de 9% de rácio Core Tier I, incluindo o *buffer* soberano como indicado nessa mesma recomendação.
- Preparação e apresentação ao Governo, em 19 de outubro, de um plano de reestruturação exigido pela lei nacional e pelas regras europeias aplicáveis em matéria de auxílios de Estado, o qual foi submetido formalmente pelo Estado à Comissão Europeia respeitando o prazo máximo de seis meses após a aprovação do referido Despacho n.º 8840-B/2012 do Ministro do Estado e das Finanças, de 28 de junho de 2012, publicado em Suplemento ao Diário da República, 2.^a série, de 3 de julho de 2012.
- Nomeação de dois representantes do Estado nos órgãos sociais do Millennium bcp, Bernardo Sottomayor, como primeiro administrador não-executivo, e José Rodrigues Jesus, como segundo administrador não executivo (integrando igualmente a comissão de Auditoria), no âmbito do processo de recapitalização do Banco e em conformidade com o disposto no artigo 14.º, n.º2, da Lei n.º 63-A/2008 (alterada e republicada pela Lei n.º 4/2012) e no Despacho 8840-B/2012, de 28 de junho.
- No âmbito da conclusão do Programa de Inspeções *On-site* (“OIP”), cujo objetivo foi avaliar a adequabilidade dos níveis de imparidade registados relativamente aos setores da construção e da promoção imobiliária, em Portugal e Espanha, com referência a 30 de junho de 2012, o Banco comunicou a necessidade de reforço desta rubrica no montante de 290 milhões de euros.
- Formalização da adesão ao *European Progress Microfinance Facility*, tornando-se o 1.º banco em Portugal a aceder a este mecanismo, que visa garantir operações de Microcrédito, através do apoio a micro empreendedores e criação de auto emprego em Portugal.
- Realização do primeiro leilão de imóveis além-fronteiras, através de videoconferência, viabilizando a venda de 40 imóveis.
- Aderindo às mais recentes tecnologias e no intuito de apresentar o seu espólio através de duas categorias (Museu numismático e Arte Partilhada), a Fundação Millennium bcp lançou, em dezembro, a aplicação APP Fundação Millennium bcp.
- Inserida na política de Responsabilidade Social do Banco, a Fundação Millennium bcp e o Instituto de Medicina Molecular (“IMM”) assinaram um protocolo, a três anos, estabelecendo a doação de um montante total de 150 mil euros, que será utilizado pelo IMM num conjunto de iniciativas de investigação e desenvolvimento do tratamento de tumores cerebrais.
- No âmbito do projeto de responsabilidade Social do BCP, a Fundação Millennium bcp assinou um protocolo, a três anos, com a Liga dos Amigos do Hospital de Santa Marta, através do qual doará um montante total de 180 mil euros, tendo como finalidade o desenvolvimento de um projeto de investigação de casos de cardiopatia congénita.
- O Millennium bcp recebeu na Galeria Millennium, em parceria com a Casa da América Latina e a Câmara Municipal de Lisboa, a exposição “Alegria Matta Alegria”, que decorreu até ao final de dezembro.
- Lançamento, em parceria com o semanário Expresso, do ciclo de conferências “Janelas para o Mundo”, visando sensibilizar os empresários portugueses para opções de internacionalização em mercados como Moçambique, Angola, Polónia e China.

- Lançamento pelo Banco Millennium Angola, do Crédito Bonificado para Micro, Pequenas e Médias Empresas, no âmbito do programa Angola Investe, visando o financiamento do investimento realizado em imobilizado corpóreo e/ou reforço do fundo de maneo.
- Promoção pelo Millennium bim, do ciclo de palestras “Mais Conhecimento para Todos”, envolvendo a participação de Clientes, Parceiros de Negócio e Colaboradores, abordando temas de elevada importância para as Organizações, tais como a Gestão, Cultura Organizacional e Liderança.
- Inserida no Programa “Mais Desporto para Todos”, o Millennium bim organizou mais uma edição da “Corrida Millennium bim” que contou com uma adesão maciça da população e de várias figuras emblemáticas do mundo do desporto moçambicano.
- Na continuidade do Projeto de Responsabilidade Social “Mais Moçambique pra Mim”, o Millennium bim promoveu uma ação realizada no Hospital Provincial de Xai-xai, visando a reabilitação e oferta de equipamento mobiliário e material didático e lúdico, para duas salas da ala de pediatria.
- Reconhecimento do *site* Millennium bcp como o “Melhor Site de Banco Online” pelos prestigiados “Prémios Leitor PCGuia”.
- Obtenção das classificações máximas, TOP RATED, para “Leading Clients” e para “Crossborder” pela conceituada revista Global Custodian, referência máxima na divulgação da Custódia Institucional Internacional.
- Conquista dos prémios “Eficácia da Comunicação 2012” pela Associação Portuguesa de Anunciantes, na categoria de serviços financeiros, pela 2.ª vez consecutiva, e reconhecimento como Superbrand portuguesa, uma distinção das “Marcas de Excelência em Portugal” que elege anualmente as melhores marcas portuguesas.
- Distinção do ActivoBank, com o prémio “Best Consumer Internet Bank in 2012” para o continente europeu, pela prestigiada revista financeira internacional Global Finance.
- Distinção do Bank Millennium, na Polónia, com 4 estrelas (segundo lugar), no *ranking* dos bancos com melhor oferta para empresas, pela revista Forbes.
- Atribuição de menção “Best and Friendliest Internet Bank”, ao Bank Millennium, pela revista Newsweek no ranking “Friendly Bank - Internet Banking”.
- Reconhecimento do Millennium Bim, pelo 4.º ano consecutivo, como o “Melhor Banco em Moçambique”, atribuído pela revista internacional EMEA Finance.
- Eleição do Millennium bim, pela 7.ª vez, como “Banco do Ano em Moçambique, 2012”, pela prestigiada revista financeira internacional, The Banker.
- Atribuição do prémio de “Melhor Marca de Moçambique” no setor da Banca, ao Millennium bim, pelo 4.º ano consecutivo, resultante de um estudo realizado em todas as províncias do país pela empresa GFK-Intercampus.
- Refletindo o impacto da deterioração do risco de crédito resultante do ajustamento em baixa das suas projeções para o crescimento da economia portuguesa em 2013, a Agência de Rating Moody’s anunciou, a 4 de dezembro, ter procedido à revisão das notações dos depósitos e dívida sénior de longo prazo do BCP de “Ba3” para “B1”, mantendo o *Outlook* negativo.
- Na sequência da confirmação do *rating* de longo prazo da República Portuguesa em “BBB (*low*)”, a agência de rating DBRS reafirmou, em 5 de dezembro, o rating do BCP em “BBB (*low*)” para os depósitos e dívida sénior de longo prazo e em “R2 (*middle*)” para os depósitos e dívida de curto prazo, mantendo uma tendência negativa.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

A economia mundial deverá ter abrandado ao longo do quarto trimestre de 2012 devido ao arrefecimento dos países mais desenvolvidos, uma vez que os mercados emergentes evidenciaram sinais de algum dinamismo. Não obstante, o sentimento nos mercados financeiros denotou uma tendência favorável.

O FMI estima que a taxa de crescimento do PIB mundial suba ligeiramente de 3,2% em 2012 para 3,5 % em 2013, mantendo-se a discrepância de desempenho entre as economias emergentes (com expansão esperada de 5,5%) e as economias avançadas (com crescimento projetado em 1,4%), destacando-se a perspetiva de contração da economia da área do euro, a qual absorve mais de 70% das exportações portuguesas.

Na esfera dos bancos centrais merecem destaque as alterações introduzidas pela Reserva Federal norte-americana nos objetivos de política monetária, nomeadamente no que se refere à fixação de referenciais quantificados, embora não vinculativos, para a taxa de inflação e para a taxa de desemprego. O significativo hiato que ainda prevalece entre as metas estabelecidas e a realidade económica motivou a Reserva Federal a intensificar o seu programa de compra de dívida, o que a par com as medidas de natureza expansionista adotadas por outros bancos centrais, incluindo os de vários países emergentes, contribuiu para um aumento do grau de acomodação das condições monetárias à escala global.

No decurso do quarto trimestre foram tomadas duas decisões relevantes para a dissipação dos riscos de desintegração da União Económica e Monetária. A primeira diz respeito à renegociação das condições do programa de assistência financeira à Grécia, da qual surtiu um novo processo de reestruturação da dívida pública helénica. A segunda consistiu na formalização de uma união bancária destinada a centralizar a supervisão das instituições de crédito dos Estados-Membros da área do euro e dos restantes países da União Europeia que decidam participar.

A abundância de liquidez a nível global e o ambiente de maior confiança na área do euro tiveram um efeito benéfico sobre os mercados financeiros, que se traduziu numa recuperação generalizada dos principais índices acionistas e na compressão dos *spreads* dos títulos de dívida de maior risco, quer no segmento empresarial, quer no segmento soberano, realçando-se a queda expressiva das yields da dívida pública portuguesa. O clima de menor aversão ao risco favoreceu o prolongamento da trajetória de valorização do euro face ao dólar.

O Banco de Portugal reviu em baixa as suas projeções para o crescimento da economia portuguesa em 2013, de -1,6% para -1,9%, refletindo uma apreciação menos favorável do comportamento da procura externa. A confirmar-se, este cenário configura uma conjuntura de atenuação do ritmo de contração económica face ao ano de 2012, algo que é consentâneo com a melhoria de alguns indicadores de atividade mais recentes. A natureza desfasada da reação do mercado de trabalho face às condições económicas subjacentes indicia um agravamento adicional do desemprego nos trimestres vindouros. A execução orçamental do Estado Português no cômputo de 2012 deverá permitir o cumprimento da meta estabelecida no Programa de Assistência Económica e Financeira (entretanto revista de 4,5% para 5% do PIB), pese embora à custa de operações não recorrentes, sem as quais o objetivo para o défice não seria alcançado.

Apesar da suavização das restrições no acesso à liquidez e os elevados níveis de capitalização da banca nacional, a totalidade do crédito concedido permaneceu em trajetória descendente, em larga medida devido à fraqueza da procura, inerente à atual conjuntura recessiva. A contração do crédito foi transversal aos particulares e às empresas, ainda que relativamente às últimas, se realce o crescimento dos empréstimos cedidos às unidades exportadoras. A debilidade da atividade económica e o aumento do desemprego continuaram a pressionar a qualidade dos ativos dos bancos.

A tendência de alargamento do perímetro recessivo que se foi consumando ao longo de 2012 na Europa adquiriu expressão acrescida com o súbito enfraquecimento da atividade nos países da Europa de Leste, algo que se ficou a dever à deterioração da procura externa e aos efeitos adversos sobre a procura doméstica decorrentes da consolidação orçamental em curso. Este enquadramento menos favorável suscitou uma resposta determinada por parte do banco central da Polónia sob a forma de redução das taxas de juro de referência, movimento que não foi replicado na Roménia devido à necessidade de subordinação da política monetária ao controlo da inflação e à estabilização do leu, desiderato atingido no final do ano. A resiliência dos mercados de matérias-primas em que assentam as economias de Angola e de Moçambique tem permitido a estes dois países manterem ritmos de crescimento sustentados, o que aliado à estabilização macroeconómica e à melhoria do contexto institucional, tem fomentado o investimento estrangeiro, não só no setor energético como também em infraestruturas.

GLOSSÁRIO

Carteira de títulos - ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos com acordo de recompra e ativos financeiros detidos até à maturidade.

Crédito com incumprimento - crédito vencido há mais de 90 dias e o crédito de cobrança duvidosa reclassificado como vencido para efeitos de provisionamento.

Crédito em risco - conceito que, segundo o Banco de Portugal, é mais abrangente do que o crédito com incumprimento, incorporando, nomeadamente, a possibilidade dos devedores com prestações em atraso continuarem a não cumprir as suas responsabilidades de crédito. Para definição detalhada consultar instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

Custo do risco - proporção das dotações para imparidade do crédito (líquida de recuperações) em função da carteira de crédito

Custos operacionais - custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

Débitos para com clientes titulados - emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

Produto bancário - margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos de exploração líquidos.

Outras imparidades e provisões - imparidade de outros ativos financeiros, imparidade de outros ativos, nomeadamente os ativos recebidos em dação decorrentes da resolução de contratos de crédito com clientes, imparidade do *goodwill* e outras provisões.

Outros proveitos de exploração líquidos - outros proveitos de exploração, outros resultados de atividades não bancárias e resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos.

Outros proveitos líquidos - comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração líquidos, rendimentos de instrumentos de capital e resultados por equivalência patrimonial.

Produtos de capitalização - inclui *unit linked* e planos poupança reforma.

Recursos totais de clientes - débitos para com clientes titulados e não titulados, ativos sob gestão e produtos de capitalização.

Rendimentos de instrumentos de capital - dividendos recebidos de investimentos em ativos financeiros disponíveis para venda.

Resultados em operações financeiras - resultados em operações de negociação e de cobertura, resultados em ativos financeiros disponíveis para venda e resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade.

Resultados por equivalência patrimonial - resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional.

Taxa de margem financeira - relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de ativos geradores de juros.

“Disclaimer”

Este documento não representa uma oferta de valores mobiliários para venda no Estados Unidos, Canadá, Austrália, Japão ou em qualquer outra jurisdição. Não podem ser vendidas ou oferecidas ações nos Estados Unidos a não ser que as mesmas estejam registadas de acordo com o “US Securities Act” de 1933 ou se encontrem isentas de tal registo. Qualquer oferta pública de valores mobiliários efetuada nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Japão teria que ser efetuada por meio de um prospeto com informação detalhada sobre a empresa e sua gestão, incluindo as Demonstrações Financeiras.

A informação financeira constante neste documento foi preparada de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (‘IFRS’) do Grupo BCP no âmbito da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Regulamento (CE) 1606/2002.

Os números apresentados não constituem qualquer tipo de compromisso por parte do BCP em relação a resultados futuros.

INDICADORES CONSOLIDADOS: ATIVIDADE EM PORTUGAL E ATIVIDADE INTERNACIONAL

Milhões de euros

	Consolidado			Atividade em Portugal			Atividade internacional		
	31 dez. 12	31 dez. 11	Var. 12/11	31 dez. 12	31 dez. 11	Var. 12/11	31 dez. 12	31 dez. 11	Var. 12/11
Demonstração de resultados									
Margem financeira	1.023,6	1.579,3	-35,2%	492,7	998,8	-50,7%	530,9	580,5	-8,5%
Rendimento de instrumentos de capital	3,9	1,4	-	2,8	0,8	-	1,0	0,5	-
Resultado de serviços e comissões	690,8	789,4	-12,5%	452,0	560,9	-19,4%	238,8	228,5	4,5%
Outros proveitos de exploração	(56,1)	(22,7)	-	(60,1)	(24,3)	-	4,0	1,6	-
Resultados em operações financeiras	462,8	207,6	122,9%	312,0	(36,1)	-	150,9	243,7	-38,1%
Resultados por equivalência patrimonial	55,7	14,6	-	54,3	14,6	-	1,4	-	-
Produto bancário	2.180,6	2.569,6	-15,1%	1.253,6	1.514,7	-17,2%	927,0	1.054,9	-12,1%
Custos com o pessoal	815,4	953,6	-14,5%	532,3	673,3	-20,9%	283,1	280,3	1,0%
Outros gastos administrativos	565,2	584,5	-3,3%	298,7	319,2	-6,4%	266,4	265,3	0,4%
Amortizações do exercício	78,1	96,1	-18,8%	40,5	47,9	-15,5%	37,6	48,2	-22,0%
Custos operacionais	1.458,6	1.634,2	-10,7%	871,5	1.040,4	-16,2%	587,1	593,8	-1,1%
Resultados operacionais antes de provisões	722,0	935,4	-22,8%	382,1	474,3	-19,4%	339,8	461,1	-26,3%
Imparidade do crédito (liquida recuperações)	1.257,0	1.331,9	-5,6%	889,0	1.136,7	-21,8%	368,0	195,2	88,5%
Outras imparidades e provisões	352,8	825,1	-57,2%	347,0	821,8	-57,8%	5,9	3,3	-
Resultado antes de impostos	(887,8)	(1.221,6)	-	(853,8)	(1.484,2)	-	(34,0)	262,6	-
Impostos	(177,8)	(458,9)	-	(179,8)	(513,2)	-	2,0	54,3	-
Interesses que não controlam	81,8	85,9	-4,7%	(5,1)	0,3	-	87,0	85,6	1,6%
Resultado líquido antes imp. perdas estimadas	(791,8)	(848,6)	-	(668,9)	(971,3)	-	(123,0)	122,7	-
Imparidade para perdas estimadas (*)	427,2	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido	(1.219,1)	(848,6)	-	(668,9)	(971,3)	-	(123,0)	122,7	-
Indicadores de balanço e de atividade									
Ativo total	89.744	93.482	-4,0%	67.459	71.156	-5,2%	22.285	22.326	-0,2%
Recursos totais de clientes	68.547	65.530	4,6%	50.386	49.615	1,6%	18.161	15.914	14,1%
Recursos de balanço de clientes	55.768	53.060	5,1%	38.767	37.948	2,2%	17.001	15.112	12,5%
Depósitos de clientes	49.390	47.516	3,9%	32.604	32.522	0,3%	16.786	14.994	12,0%
Débitos para com clientes titulados	6.378	5.544	15,0%	6.163	5.425	13,6%	215	119	81,1%
Recursos fora de balanço de clientes	12.779	12.470	2,5%	11.619	11.668	-0,4%	1.161	802	44,7%
Ativos sob gestão	3.798	3.739	1,6%	3.025	3.203	-5,6%	773	536	44,2%
Produtos de capitalização	8.981	8.731	2,9%	8.594	8.465	1,5%	387	266	45,5%
Crédito a clientes (bruto)	66.861	71.533	-6,5%	49.581	54.552	-9,1%	17.280	16.981	1,8%
Particulares	33.756	34.805	-3,0%	23.138	24.458	-5,4%	10.618	10.348	2,6%
Crédito hipotecário	29.509	30.308	-2,6%	20.669	21.768	-5,1%	8.840	8.540	3,5%
Crédito ao consumo	4.247	4.497	-5,6%	2.469	2.689	-8,2%	1.778	1.808	-1,6%
Empresas	33.105	36.728	-9,9%	26.443	30.094	-12,1%	6.662	6.634	0,4%
Serviços	13.524	14.802	-8,6%	11.600	12.751	-9,0%	1.924	2.051	-6,2%
Comércio	3.490	4.254	-17,9%	2.313	3.036	-23,8%	1.178	1.218	-3,3%
Construção e Outros	16.091	17.672	-8,9%	12.530	14.307	-12,4%	3.561	3.365	5,8%
Qualidade do crédito									
Crédito vencido total	4.362	3.476	25,5%	3.318	2.696	23,1%	1.043	780	33,7%
Crédito vencido há mais de 90 dias	4.175	3.196	30,6%	3.204	2.497	28,3%	971	699	38,9%
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	6,2%	4,5%	-	6,5%	4,6%	-	5,6%	4,1%	-
Imparidade do crédito (balanço)	4.243	3.488	21,7%	2.863	2.813	1,8%	953	675	41,2%
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito total	6,3%	4,9%	-	5,8%	5,2%	-	5,5%	4,0%	-
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito vencido há mais de 90 dias	101,6%	109,1%	-	89,4%	112,6%	-	98,2%	96,6%	-
Custo do risco (líq. recuperações, em p.b.)	252	186	-	179	208	-	213	115	-

(*) Dotações para imparidades relacionadas com perdas estimadas na subsidiária na Grécia que, conjuntamente com as dotações efetuadas nas contas da subsidiária, apresentam um incremento do nível de imparidades, face ao ano anterior, ao atingirem 702,4 milhões de euros em 2012.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para os anos findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3.615.922	4.060.136
Juros e custos equiparados	(2.592.337)	(2.480.862)
Margem financeira	1.023.585	1.579.274
Rendimentos de instrumentos de capital	3.873	1.379
Resultado de serviços e comissões	690.776	789.372
Resultados em operações de negociação e de cobertura	401.128	204.379
Resultados em ativos financeiros disponíveis para venda	46.206	3.253
Resultados em ativos financeiros detidos até à maturidade	15.513	-
Outros proveitos de exploração	(52.047)	(22.793)
	2.129.034	2.554.864
Outros resultados de atividades não bancárias	20.093	26.974
Total de proveitos operacionais	2.149.127	2.581.838
Custos com o pessoal	815.413	953.649
Outros gastos administrativos	565.161	584.459
Amortizações do exercício	78.065	96.110
Total de custos operacionais	1.458.639	1.634.218
Resultado operacional antes de provisões e imparidades	690.488	947.620
Imparidade do crédito	(1.684.179)	(1.331.910)
Imparidade de outros ativos financeiros	(74.699)	(549.850)
Imparidade de outros ativos	(260.655)	(128.565)
Imparidade do goodwill	-	(160.649)
Outras provisões	(17.463)	13.979
Resultado operacional	(1.346.508)	(1.209.375)
Resultados por equivalência patrimonial	55.659	14.620
Resultados de alienação de subsidiárias e outros ativos	(24.193)	(26.872)
Resultado antes de impostos	(1.315.042)	(1.221.627)
Impostos		
Correntes	(81.696)	(66.857)
Diferidos	259.529	525.714
Resultado após impostos	(1.137.209)	(762.770)
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Acionistas do Banco	(1.219.053)	(848.623)
Interesses que não controlam	81.844	85.853
Resultado do período	(1.137.209)	(762.770)
Resultado por ação (em euros)		
Básico	(0,10)	(0,05)
Diluído	(0,10)	(0,05)

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	2012	2011
	(Milhares de Euros)	
Ativo		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3.580.546	2.115.945
Disponibilidades em outras instituições de crédito	829.684	1.577.410
Aplicações em instituições de crédito	1.887.389	2.913.015
Créditos a clientes	62.618.235	68.045.535
Ativos financeiros detidos para negociação	1.690.926	2.145.330
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.223.411	4.774.114
Ativos com acordo de recompra	4.288	495
Derivados de cobertura	186.032	495.879
Ativos financeiros detidos até à maturidade	3.568.966	5.160.180
Investimentos em associadas	516.980	305.075
Ativos não correntes detidos para venda	1.284.126	1.104.650
Propriedades de investimento	554.233	560.567
Outros ativos tangíveis	626.398	624.599
Goodwill e ativos intangíveis	259.054	251.266
Ativos por impostos correntes	34.037	52.828
Ativos por impostos diferidos	1.755.411	1.564.538
Outros ativos	1.124.323	1.790.650
	<u>89.744.039</u>	<u>93.482.076</u>
Passivo		
Depósitos de instituições de crédito	15.265.760	17.723.419
Depósitos de clientes	49.389.866	47.516.110
Títulos de dívida emitidos	13.548.263	16.236.202
Passivos financeiros detidos para negociação	1.393.194	1.478.680
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	329.267	2.578.990
Derivados de cobertura	301.315	508.032
Provisões	253.328	246.100
Passivos subordinados	4.298.773	1.146.543
Passivos por impostos correntes	15.588	24.037
Passivos por impostos diferidos	2.868	2.385
Outros passivos	945.629	1.647.208
	<u>85.743.851</u>	<u>89.107.706</u>
Total do Passivo		
Capitais Próprios		
Capital	3.500.000	6.065.000
Títulos próprios	(14.212)	(11.422)
Prémio de emissão	71.722	71.722
Ações preferenciais	171.175	171.175
Outros instrumentos de capital	9.853	9.853
Reservas de justo valor	2.668	(389.460)
Reservas e resultados acumulados	850.021	(1.241.490)
Resultado do período atribuível aos acionistas do Banco	(1.219.053)	(848.623)
	<u>3.372.174</u>	<u>3.826.755</u>
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos acionistas do Banco		
Interesses que não controlam	628.014	547.615
	<u>4.000.188</u>	<u>4.374.370</u>
Total de Capitais Próprios	<u>89.744.039</u>	<u>93.482.076</u>